



ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA (21ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Aos três (3) dias do mês de abril de dois mil e dezenove (2019), às nove e cinquenta e um minutos (9h51) reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Sessão Ordinária, no Plenário Teotônio Villela, sob a Presidência do vereador Leandro Ribeiro da Silva, secretariado por Elinner Rosa de Almeida Silva e Gonçalves, Luiz Santos Lacerda, Mauro José Severiano. Compareceram ainda: Alfredo Paes Landim Filho, Américo Ferreira dos Santos, Deusmar Chaveiro de Oliveira, Domingos Paula de Souza, Jean Carlos Ribeiro, João Batista Feitosa, José Fernando de Paiva, Lélío Alves de Alvarenga, Lisieux José Borges, Luzimar Silva, Paulo Roberto de Castro Lima, Pedro Antônio Mariano de Oliveira, Thais Gomes de Souza, Valdete Fernandes Moreira. Justificaram ausência os vereadores Raimundo Teles de Oliveira Santos Júnior, João César Antônio Pereira, Elias Rodrigues Ferreira, Maria Geli Sanches, Wederson Cristiano da Silva Lopes. Realizada a verificação dos presentes, foi constatado quórum suficiente, e o senhor presidente declarou aberta a Sessão. - **PEQUENO EXPEDIENTE:** O senhor presidente solicitou ao vereador Lélío Alvarenga que fizesse a leitura do texto bíblico. O senhor presidente solicitou à senhora primeira secretária, vereadora Elinner Rosa, que fizesse a leitura da Síntese da Ata da Sessão anterior, e a Ata completa foi colocada à disposição dos senhores vereadores e aprovada. Foram lidas correspondências e encaminhadas às Comissões. Não houve inscritos para o uso da palavra. O senhor presidente explicou que os vereadores João da Luz, Pastor Elias Ferreira, Professora Geli Sanches, Teles Júnior e Wederson Lopes estavam em um compromisso em Brasília com a a ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves, para apresentar uma agenda de políticas para Anápolis. - Assumiu a presidência da Sessão o senhor vice-presidente, vereador Luiz Lacerda. - **GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram a palavra os vereadores: **LEANDRO RIBEIRO:** Cumprimentou os presentes e falou sobre a Reforma Previdenciária, que está sendo discutida em Brasília. Explicou que a Câmara Federal se manifestou positivamente em relação à sua realização, mas o presidente da Câmara,

Ata da 21ª Sessão Ordinária de 2019



Rodrigo Maia, já disse que o Benefício Previdenciário Continuado (BPC), e a pessoa a partir de setenta e cinco anos receba um salário mínimo, e a proposta é de um quarto de salário até setenta anos. Disse que o idoso gasta fortunas com médicos e remédios, e o ministro acha viável pagar quatrocentos reais, e também mudar a idade de aposentadoria da mulher rural de cinquenta e cinco para sessenta anos, e mudar de quinze para vinte anos de contribuição. Explicou que as pessoas do campo trabalham de forma muito mais desgastante, e manifestou seu apoio ao deputado Rodrigo Maia. Falou sobre a necessidade de se cobrar dos grandes credores da Previdência. Leu uma lista com os principais credores da Previdência Social, e questionou o motivo de não se montar um projeto de lei que obrigue esses credores a sanar essa dívida, e não resolver o problema da previdência onerando o cidadão, e prejudicando principalmente os idosos. Lembrou a mudança realizada no ISSA, pois o Município fazia aporte mensal de três milhões de reais, e foi mudado com projeto de leis. Lamentou que na capital se deseje mudar, retirando das pessoas que mais precisam. Finalizou comunicando aos pares que no dia anterior a Mesa Diretora solicitou ao Ministério Público uma manifestação em relação à obra da Câmara, solicitando uma recomendação do caminho a ser tomado junto com o Poder Judiciário e o Poder Executivo. - ALFREDO LANDIM: Cumprimentou os presentes. Logo após, informou que usaria a Tribuna para discorrer a respeito da Reforma da Previdência. Inicialmente, mencionou que a vereadora Professora Geli Sanches havia realizado uma audiência pública, no qual muitos assuntos haviam sido esclarecidos, com relação à reforma previdenciária. Informou que o modo como estava sendo proposta a reforma, referente à alteração de idade mínima para aposentadoria, as mulheres e professores seriam os mais prejudicados. Além disso, o vereador relatou que o presidente Leandro Ribeiro havia discorrido bem sobre a da Desvinculação de Receitas da União (DRU), e que iria fazer um complemento sobre o assunto. Relatou, portanto que entre os anos de dois mil e sete e dois mil e dezesseis, a DRU havia desviado da previdência a quantia de novecentos e vinte cinco bilhões, e que devido isso a intenção do ministro



Paulo Guedes, era arrecadar com a reforma previdenciária, a quantia de um trilhão de reais da população. Apontou que, no entanto não possuía a informação, referente aonde seria aplicado aquele valor de um trilhão. Descreveu que aquela reforma previdenciária parecia uma “demolição”, ao invés de reforma, pois prejudicava as gerações futuras. O vereador leu e discorreu sobre a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com relação à reforma. Expôs que a alteração da regra da previdência para Lei Ordinária seria ruim, para a população que já possuía o benefício da aposentadoria. Mencionou e explanou sobre a capitalização da previdência. Informou que aquele modelo de reforma previdenciária era oriundo do Chile, e evidenciou que naquele país havia altos índices de suicídio cometidos por idosos. Evidenciou ainda que a intenção da reforma era fortalecer a previdência privada, no qual beneficiaria bancos e pessoas com grande poder aquisitivo. Concluiu, informando que estaria apresentando uma moção de repúdio a ser encaminhada aos deputados do estado de Goiás, no qual solicitou assinatura dos demais vereadores. - Assumiu a presidência da Sessão o senhor presidente, vereador Leandro Ribeiro. - JEAN CARLOS: Cumprimentou os presentes e explicou que apresentou o requerimento solicitando ao prefeito Roberto a prorrogação do prazo que dispõe sobre a regularização de obras, o qual se encerra no fim do mês de abril. Explicou que muitos populares procuram os vereadores, pois não estão conseguindo, pois coincidiu com as contas de início de ano, e muitos também têm questionado toda a burocracia, exigidas pela Receita Federal. Explicou que questionou o diretor de obras da Secretaria, sobre as exigências para emissão dos documentos, e os contribuintes estão precisando se cadastrar junto ao e-Social. Pediu a prorrogação ao prefeito municipal. Disse ainda que em vários bairros da cidade há imóveis com problemas de regularização fundiária, e há muitos lotes onde houve alterações das suas características, em bairros antigos, e dependem da Prefeitura para que ocorra a regularização. Explicou que essa lei não pode se tornar frequente, mas deve ser considerada como exceção, e é preciso garantir que o maior número de pessoas tenha possibilidade de fazê-lo, e caso se torne



habitual, as regras de edificações serão descumpridas com a perspectiva de que se possa regularizar mais adiante. Também falou sobre seu outro requerimento solicitando para a reestruturação do Conselho Municipal de Direitos dos Pedestres, que está previsto em lei, e para que possa apontar gargalos e garantir o respeito aos direitos do pedestre em Anápolis. - LISIEUX BORGES: Cumprimentou os presentes e falou sobre a necessidade de se prorrogar o prazo da regularização, até porque se aguarda um projeto para resolver o problema dos chanfros que invadem totalmente ou parcialmente as áreas públicas. Essas áreas não podem ser simplesmente doada para os cidadãos que a invadiram por equívoco. Foi sugerido que se concedesse uma outorga onerosa, que precisa ser regulamentada. Esse prazo precisa ser dilatado e ampliado para que isso possa ocorrer. Sobre as questões da Reforma Previdenciária, explicou que é uma falácia, da forma como está sendo colocada, é um engodo. Explicou que a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil garantem que a Previdência é superavitária. Explicou que os problemas são as Desvinculações de Receita da União (DRU) para o pagamento da Dívida Pública, e cujo porcentual foi aumentado pelo ex-presidente Temer. Explicou que há uma armadilha terrível ao se exigir quarenta anos de contribuição. Lembrou que muitas pessoas trabalham na irregularidade, sem contribuir ao INSS, buscando sobreviver na informalidade, e demora a voltar a contribuir, e aos sessenta e cinco anos vai ser obrigado a contribuir por muitos mais anos. Essa é a grande armadilha desse projeto, e não está sendo debatido com a seriedade que deveria. Explicou que a contribuição atual é chamada de tripartite e solidária, entre o trabalhador, o empregador e o governo, e a mudança desse sistema é interessante aos bancos, que irão lucrar com a administração, quando muitos irão contribuir para os fundos particulares. Explicou ainda que cerca de cinquenta e três por cento do que é arrecadado pela União vai direto para os bancos, para o pagamento da dívida pública. Questionou se a reforma é feita para melhorar ou para piorar a vida do cidadão. - DOMINGOS PAULA DE SOUZA: Cumprimentou os presentes. Logo após, desejou melhoras ao estado de saúde da ex-vereadora



doutora Dinamélia. Inicialmente, informou que iria expor sua opinião, de acordo com que tem discorrido com pessoas que moravam na região periférica e recebiam um salário mínimo, referente à reforma da previdência. Portanto, informou que a população esperava dos deputados, assim como, do atual presidente do Brasil, uma forma diferente de lidar com a situação. Sugeriu o vereador, que o teto máximo da previdência deveria ser dez salários mínimos, no qual atingiria políticos, ministros e militares, que recebiam salários bastante altos. Justificou, argumentando que durante trinta anos, aquelas pessoas poderiam acumular patrimônios para subsidiar seus gastos na velhice. Reafirmou que o teto máximo previdenciário no país, deveria ser de dez salários mínimos, ao em vez de mexer com as pessoas que recebem apenas um salário mínimo. Relatou que via aposentados nas avenidas Brasil e Barão do Rio Branco pedindo dinheiro e disse que teve a oportunidade de indagar sobre o motivo. Informou que obteve a resposta de que a aposentadoria no valor de um salário mínimo não era suficiente para custear os gastos com remédios. Evidenciou então que era necessário, “tirar de cima para baixo”, e acabar com as pensões vitalícias, bem como “super pensões”. Relatou que ainda não havia visto um discurso como o dele, oriundo de outros políticos, no qual evidenciou a necessidade de divulgação nas redes sociais sobre a “reforma de cima para baixo”, no intuito de cobrar dos senadores e deputados federais aquela questão. Apontou novamente a necessidade de se acabar com as pensões vitalícias, e determinar um valor de até dez salários mínimos como teto previdenciário, pois com isso era possível equilibrar a previdência. Respondeu ao vereador Valdete Fernandes, que sua sugestão não era possível, pois o valor descontado no salário do trabalhador, referente à previdência era de acordo com sua faixa salarial. Concluiu informando que havia apresentado na Tribuna, a opinião de quem ele conversava nos bairros e na rua, assim como a dele como vereador. - LÉLIO ALVARENGA: Cumprimentou os presentes e disse que foi eleitor e cabo eleitoral do presidente Bolsonaro, e que é contrário à Reforma, na forma como ela foi colocada e passada. Disse que ela está favorecendo os grandes e



desfavorecendo a população carente. Explicou que vai completar trinta e nove anos de contribuição, e quando completou trinta e cinco anos, entrou na Justiça e não conseguiu se aposentar. Disse que não é possível compreender como a Previdência é deficitária, pois as pessoas contribuem por muito tempo, e não recebem de volta o quanto contribuiu. Questionou sobre as pessoas que se envolveram em desvios da previdência e nada foi feito. A previdência não foi feita para socorrer outras áreas, mas para socorrer o aposentado. Perguntou porque não se estabelecesse um teto para grandes salários. Explicou que, se o suplente assume o mandato durante cento e oitenta dias, já tem o direito de se aposentar. Perguntou como o trabalhador rural pode trabalhar além dos cinquenta anos. Disse que é contrário à reforma da forma como é posta. -

ORDEM DO DIA: Foi feita a verificação dos presentes e constatado o quórum suficiente. - Houve votação de Projetos: EM PRIMEIRA VOTAÇÃO: 1- Projeto de Emenda à Lei Orgânica 079/2017, de autoria do vereador Jean Carlos. Dá nova redação ao inciso IV do artigo 54 da Lei Orgânica do Município de Anápolis. Deferido pedido de vista ao vereador Domingos Paula de Souza. 2- Projeto de Lei Ordinária 145/2018, de autoria do vereador Luzimar Silva. Institui a Semana Municipal Minha Pipa Meu Lazer e dá outras providências" - A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se contrária ao Projeto. Foi apresentado pedido de retirada de pauta do projeto pelo autor. O pedido foi deferido pelo senhor presidente, que determinou o arquivamento do projeto. - 3- Projeto de Lei Ordinária 059/2019, de autoria do vereador Luzimar Silva. Dispõe sobre a proibição da comercialização e locação no Município de Anápolis de jogos eletrônicos que contenham cenas de violência e dá outras providências. - A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se contrária ao Projeto. Foi apresentado pedido de retirada de pauta do projeto pelo autor. O pedido foi deferido pelo senhor presidente, que determinou o arquivamento do projeto. - Houve votação de Moção de Repúdio. Houve votação de Requerimentos. Usou a palavra pela Ordem o vereador: Mauro Severiano.

COMUNICAÇÕES: Usaram a palavra os vereadores: João Feitosa, Lélío Alvarenga e Luzimar Silva. Sem nada mais a se tratar, o senhor Presidente



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**


encerrou a Sessão e convocou outra para o dia oito (8) de abril, em horário regimental. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio e vídeo dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, com o auxílio de Sabrina Santos Rufino, lavrei esta Ata que se aprovada, será assinada pela Mesa Diretora dessa Casa de Leis. *****




Leandro Ribeiro
Presidente




Elinner Rosa
Primeira Secretária



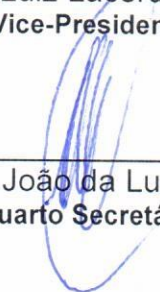
Luiz Lacerda
Vice-Presidente



Mauro Severiano
Segundo Secretário



Teles Júnior
Terceiro Secretário



João da Luz
Quarto Secretário



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

**LISTA DE PRESENÇA DOS VEREADORES
VIGÉSIMA PRIMEIRA (21ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

DATA: 3 de abril de 2019

HORÁRIO: 09h30

ALFREDO LANDIM

Alfredo Paes Landim Filho

DEUSMAR JAPÃO DO MUNICIPAL

Deusmar Chaveiro de Oliveira

PASTOR ELIAS FERREIRA

Elias Rodrigues Ferreira

JEAN CARLOS

Jean Carlos Ribeiro

JOÃO DA LUZ

João César Antonio Pereira

LEANDRO RIBEIRO

Leandro Ribeiro da Silva

LISIEUX JOSÉ BORGES

Lisieux Jose Borges

LUZIMAR SILVA

Luzimar Silva

MAURO SEVERIANO

Mauro José Severiano

PEDRO MARIANO

Pedro Antonio Mariano de Oliveira

THAIS SOUZA

Thais Gomes de Souza

WEDERSON LOPES

Wederson Cristiano da Silva Lopes

AMÉRICO

Américo Ferreira dos Santos

DOMINGOS PAULA DE SOUZA

Domingos Paula de Souza

ELINNER ROSA

Elinner Rosa de Almeida Silva e Gonçalves

JOÃO FEITOSA

João Batista Feitosa

FERNANDO PAIVA

Jose Fernando de Paiva

LELIO ALVARENGA

Lelio Alves de Alvarenga

LUÍZ LACERDA

Luiz Santos Lacerda

PROFESSORA GELI SANCHES

Maria Geli Sanches

PAULO DE LIMA

Paulo Roberto de Castro Lima

TELES JÚNIOR

Raimundo Teles de Oliveira Santos Júnior

VALDETE FERNANDES MOREIRA

Valdete Fernandes Moreira